

# Sumário

INTRODUÇÃO .....	35
------------------	----

## PARTE I

### DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DIREITO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	39
1. Considerações iniciais .....	39
2. Sistema homogêneo de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes .....	41
3. Sistema heterogêneo de proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes .....	43
3.1. As convenções da Organização Internacional do Trabalho .....	44
3.2. A Declaração de Genebra – Carta da Liga sobre a Criança de 1924 .....	46
3.3. A Declaração dos Direitos da Criança de 1959 .....	47
3.4. As regras mínimas das Nações Unidas para a administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing ou Regras de Pequim – O sistema de Justiça da Infância e da Juventude .....	49
3.5. Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 .....	50
3.6. O protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU referente à venda de crianças, à prostituição e à pornografia infantis .....	54
3.7. Sistema de Controle do Cumprimento dos Direitos Humanos de Crianças e o Terceiro Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança .....	55

## PARTE II

### COMENTÁRIOS AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

# 1

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	59
Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.....	59
<b>LIVRO I – PARTE GERAL.....</b>	<b>59</b>
<b>☉ Título I – Das disposições preliminares.....</b>	<b>59</b>
1. Introdução e evolução do tratamento jurídico conferido à criança e ao adolescente.....	60
2. Doutrina da proteção integral e o sistema de proteção aos direitos da criança e do adolescente (art. 1.º).....	61
3. Conceito de Direito da Criança e do Adolescente.....	66
4. Sistema valorativo do Direito da Criança e do Adolescente: postulado normativo, metaprincípios e princípios derivados.....	67
5. Definição de criança e adolescente (art. 2.º).....	73
6. Criança na primeira infância.....	73
7. Criança segundo a Convenção sobre Direitos da Criança (CSDC).....	73
8. O direito de ser adolescente.....	74
9. Lei n. 12.685/2012 e o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação.....	75
10. Diferenças de tratamento entre criança e adolescente no Estatuto (arts. 2.º e outros).....	76
11. Igualdade de direitos entre meninos e meninas nas políticas públicas de atenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes.....	76
12. Capacidade civil, emancipação e reflexos nos direitos dispostos no Estatuto (art. 2.º).....	77
13. Aplicação do Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade (art. 2.º, parágrafo único)....	77
14. Utilização da designação “menor”.....	80
15. A criança e o adolescente como sujeitos de direitos fundamentais (arts. 3.º e 5.º).....	81
16. Dever de efetivação de direitos de crianças e adolescentes (art. 4.º, <i>caput</i> ).....	82
17. Garantia da prioridade absoluta e ponderação de direitos (art. 4.º, parágrafo único).....	86
18. Critérios de interpretação do Estatuto (art. 6.º).....	87
19. Crianças e adolescentes indígenas.....	89
20. Parâmetros para Interpretação dos Direitos e Adequação dos Serviços Relacionados ao Atendimento de Crianças e Adolescentes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais.....	89
21. Anotações gerais sobre a <i>Emenda da Juventude</i> – EC 65/2010.....	90
21.1. A Organização Ibero-americana de Juventude e a Convenção Ibero-americana dos Direitos dos Jovens.....	90
21.2. A juventude e o art. 227 da CF.....	92
22. O Estatuto da Juventude (Lei n. 12.852/2013) e sua relação com o Estatuto da Criança e do Adolescente.....	94

## 2

DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE .....	95
☉ <b>Título II – Dos direitos fundamentais</b> .....	95
<b>Capítulo I – Do direito à vida e à saúde</b> .....	95
1. Direito à vida e suas dimensões (art. 7.º) .....	98
2. Direito à vida e os abortos lícitos (art. 7.º) .....	99
3. Direito à vida e a antecipação terapêutica do parto de fetos anencéfalos (art. 7.º) .....	100
4. Direito à vida e pesquisas com células-tronco embrionárias (art. 7.º) .....	102
5. Atendimento às Crianças e aos Adolescentes com Câncer .....	105
5.1. Aspectos Gerais .....	105
5.2. Atendimento Especial às Crianças e Adolescentes com Câncer .....	105
6. Direito à saúde , políticas públicas, condições dignas de existência e a reserva do possível (art. 7.º) .....	105
7. Direito à saúde e a Convenção dos Direitos da Criança .....	112
8. Saúde da mulher, planejamento reprodutivo e atendimento adequado e humanizado à gestante (art. 8.º) .....	112
9. Direitos das crianças com mães em situação de privação de liberdade .....	115
10. Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência .....	116
11. Aleitamento materno (art. 9.º) .....	116
12. Obrigações dos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes (art. 10) .....	118
13. Descumprimento das obrigações impostas aos hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde das gestantes .....	120
14. Descumprimento das obrigações impostas aos profissionais da saúde .....	121
15. Atendimento pelo Sistema Único de Saúde: assistência médica e odontológica e vacinação obrigatória (art. 11, <i>caput</i> , c.c. art. 14, <i>caput</i> e §§ 1.º a 5.º) .....	121
16. Crianças com deficiências e atendimento especializado (art. 11, §§ 1.º e 3.º) .....	123
17. O Estatuto da Pessoa com Deficiência, a criança e o adolescente .....	125
18. Atendimento às crianças e aos adolescentes com deficiência e o fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos necessários (art. 11, § 2.º) .....	126
19. Permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável nos casos de internação de criança ou adolescente (art. 12) .....	126
20. O alcance da expressão “responsável” (arts. 12 e ss.) .....	127
21. Castigo físico, tratamento cruel ou degradante e maus-tratos; atendimento prioritário e dever de comunicação ao Conselho Tutelar (art. 13) .....	127
22. Encaminhamento à Justiça da Infância e da Juventude das mães que manifestarem interesse em entregar seus filhos para adoção (art. 13, parágrafo único) .....	128
23. A Vacinação da Criança .....	128

### 3

## DO DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE ..... 131

### **Capítulo II – Do direito à liberdade, ao respeito e à dignidade ..... 131**

1. Direito à liberdade (art. 15)..... 132
2. Direito à liberdade e o “toque de recolher” (art. 15)..... 133
  - 2.1. Argumentos contrários à implantação do “toque de recolher” por meio de portaria judicial ..... 133
  - 2.2. Argumentos favoráveis à implantação do “toque de recolher”..... 136
  - 2.3. Linha do tempo quanto ao posicionamento sobre o “toque de recolher”..... 139
3. Direito à participação na vida política (art. 16, VI)..... 140
4. Direito ao respeito (arts. 17 e 18)..... 141
5. Lei Menino Bernardo – Lei n. 13.010/2014 ..... 142
6. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Comentários à Lei n. 13.431/2017 ..... 145
  - 6.1. Aspectos Gerais do Sistema ..... 145
  - 6.2. Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes e a Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência contra Crianças e Adolescentes ..... 150
7. Lei Menino Henry Borel ..... 150
  - 7.1. Aspectos iniciais ..... 150
  - 7.2. Afastamento do lar do agressor ..... 152
  - 7.3. Medidas Protetivas de Urgência ..... 153
  - 7.4. Atribuições do Conselho Tutelar ..... 154
  - 7.5. Crimes ..... 154
8. Veiculação de imagens de crianças e adolescentes em material jornalístico..... 155
9. *Bullying* e a Lei n. 13.185/2015..... 155
10. Identidade e liberdade das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado ..... 158

### 4

## DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA ..... 161

### **Capítulo III – Do direito à convivência familiar e comunitária ..... 161**

#### *Seção I – Disposições gerais*..... 161

#### *Seção II – Da família natural*..... 164

1. Direitos à convivência familiar e comunitária ..... 164
2. Direitos à convivência familiar e a Lei Nacional da Adoção (Lei n. 12.010/2009)..... 165
3. Programas de acolhimento familiar, institucional e prazos legais pertinentes..... 166
4. Classificação trinária de família..... 168

5. Conceito e características da família natural.....	168
6. Conceito e características da família extensa ou ampliada.....	169
7. Socioafetividade e eudemonismo como critérios para a formação das novas famílias.....	169
8. Mãe adolescente (art. 19, §§ 5.º e 6.º).....	171
9. Parto anônimo (art. 19-A).....	172
10. Apadrinhamento (art. 19, §§ 5.º e 6.º).....	174
11. Igualdade entre os filhos (art. 20).....	176
12. Poder familiar e a plena isonomia entre gêneros (art. 21).....	177
13. Conceito, principais características e titulares do poder familiar (arts. 21 e 22).....	177
14. Perda ou suspensão do poder familiar (art. 24).....	178
15. Carência de recursos materiais e perda ou suspensão do poder familiar (art. 23, § 1.º).....	178
16. Convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade (art. 23, § 2.º)...	178
17. Alienação parental e a Lei n. 12.318/2010.....	180

## 5

### DA FAMÍLIA SUBSTITUTA..... 187

#### *Seção III – Da família substituta*..... 187

#### *Subseção I – Disposições gerais*..... 187

1. Disposições gerais e espécies de famílias substitutas.....	188
2. Opinião da criança e consentimento do adolescente para a colocação em família substituta (art. 28, §§ 1.º e 2.º).....	188
3. Critérios para colocação em família substituta: grau de parentesco, afinidade e afetividade (art. 28, § 3.º).....	190
4. Manutenção dos grupos de irmãos (art. 28, § 4.º).....	191
5. Precedência de preparação gradativa e acompanhamento posterior (art. 28, § 5.º).....	191
6. Exigências adicionais para a colocação em família substituta de criança e adolescente indígena ou proveniente de comunidade remanescente de quilombo (art. 28, § 6.º).....	191
7. Impedimento genérico para colocação em família substituta (art. 29).....	192
8. Transferência de criança e adolescente e autorização judicial (art. 30).....	193
9. Preferência pela adoção nacional (art. 31).....	193
10. Termo de compromisso do responsável pela família substituta (art. 32).....	194

## 6

### DA GUARDA..... 195

#### *Subseção II – Da guarda*..... 195

1. Conceito de guarda como modalidade de família substituta.....	196
2. A guarda como “modalidade de colocação em família substituta” ou como “dever” decorrente do exercício do poder familiar.....	196
3. Guarda compartilhada (Leis ns. 11.698/2008 e 13.058/2014) e guarda alternada.....	197

4. Guarda compartilhada entre avó e tio.....	199
5. Revogabilidade da guarda.....	200
6. Hipóteses de cabimento da guarda.....	200
7. Guarda conferida a terceiros e a compatibilidade com o direito de visitas e o dever de prestar alimentos dos pais naturais.....	200
8. Incentivos fiscais e subsídios para estímulo do acolhimento sob guarda.....	201
9. Substituição da expressão “órfão” por “afastado do convívio familiar”.....	201
10. Programa de acolhimento familiar e recebimento sob a forma de guarda.....	201
11. Guarda para fins exclusivamente previdenciários.....	202
12. Guarda e condição de dependente para fins previdenciários da criança ou adolescente... ..	202
13. Guarda por avós.....	203
14. Ação de guarda: ação dúplice quando proposta por um dos genitores em face do outro.....	204

## 7

DA TUTELA.....	205
----------------	-----

<i>Subseção III – Da tutela</i> .....	205
---------------------------------------	-----

1. Conceito de tutela.....	205
2. Idade máxima do tutelado.....	206
3. Especialização de hipoteca legal e caução.....	206
4. Tutela testamentária.....	207
5. Destituição da tutela.....	208
6. Hipóteses de perda do poder familiar.....	208

## 8

DA ADOÇÃO.....	209
----------------	-----

<i>Subseção IV – Da adoção</i> .....	209
--------------------------------------	-----

1. Evolução do instituto da adoção e a disciplina atual no Estatuto.....	213
2. Conceito e espécies de adoção.....	214
3. Adoção por casais homoafetivos e adoção unilateral por companheiro homoafetivo.....	218
4. Adoção conjunta e guarda compartilhada.....	221
5. Características da adoção.....	221
5.1. Constituída por ato personalíssimo.....	221
5.2. Excepcional.....	222
5.3. Irrevogável.....	223
5.4. Incaducável.....	223
5.5. Plena.....	223
5.6. Constituída por sentença judicial.....	224

6. Requisitos subjetivos para adoção.....	226
7. Requisitos objetivos para adoção.....	227
7.1. Requisitos de idade.....	227
7.2. Consentimento dos pais (ou destituição do poder familiar) e do adolescente.....	227
7.3. Precedência de estágio de convivência.....	228
7.4. Prévio cadastramento e Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA.....	230
8. Impedimentos para adoção.....	233
9. Adoção excepcional de neto por avós.....	233
10. Adoção personalíssima <i>intuitu personae</i> e a dispensa do prévio cadastramento e do respeito à ordem cronológica de prioridade.....	235
11. Adoção póstuma ou <i>post mortem</i> .....	237
12. Prazo máximo para conclusão da ação de adoção.....	237
13. Quadro geral da adoção.....	238
14. Direito à paternidade científica ou biológica: conhecimento da ascendência genética e acesso aos autos do processo de adoção.....	239
15. Ação de Investigação de Paternidade e a Lei n. 12.004/2009.....	240

## 9

DA ADOÇÃO INTERNACIONAL.....	243
1. Definição de adoção internacional.....	247
2. Condições para admissibilidade da adoção internacional.....	247
2.1. Intervenção das autoridades centrais estaduais e federal em matéria de adoção internacional.....	248
2.2. Que a colocação em família substituta seja a solução adequada ao caso concreto, sendo a adoção internacional medida subsidiária ou excepcional.....	249
2.3. Observância do estágio de convivência e de parecer favorável da equipe interprofissional.....	250
2.4. Preferência pela adoção internacional efetivada por brasileiros residentes no exterior..	251
3. A condição do estrangeiro residente no Brasil.....	251
4. A nacionalidade do adotado na adoção internacional.....	252
5. Procedimentos para a adoção internacional.....	252
6. Complexo de atos para a adoção internacional em que o Brasil é o país de origem.....	253
6.1. Fase preparatória e de habilitação.....	253
6.2. Pedidos de habilitação por meio de credenciamento.....	253
6.3. Da fase judicial de adoção.....	254
7. Da recepção da adoção por brasileiro realizada no exterior (art. 52-B).....	255
8. O Brasil como o país de acolhida (arts. 52-C e 52-D).....	255
9. Sentença estrangeira de adoção e homologação do Superior Tribunal de Justiça.....	256

## 10

### DO DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER..... 259

#### **Capítulo IV – Do direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer..... 259**

1. Esclarecimentos prévios ..... 260
2. O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer na Constituição Federal ..... 261
3. Observações gerais sobre a educação básica ..... 262
4. A educação infantil como início da educação básica ..... 263
5. Creche e pré-escola: dever constitucional do Poder Público Municipal..... 264
6. Considerações sobre o ensino fundamental ..... 265
7. O ensino médio ..... 266
8. O princípio da universalização do ensino ..... 266
9. Acesso à escola pública e gratuita próxima da residência – Critério do georreferenciamento *versus* superior interesse da criança ..... 266
10. Atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino ..... 267
11. Subdireitos da educação ..... 267
  - 11.1. O dever fundamental de os pais matricularem seus filhos..... 267
  - 11.2. O dever dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental ..... 268
  - 11.3. O dever dos municípios de estimularem e facilitarem a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer ..... 269
  - 11.4. Atendimento educacional ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado ..... 269
12. Direito à educação e impossibilidade de aplicação da reserva do possível – REsp 1.185.474/SC ..... 269
13. Prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência de aulas em dia de guarda religiosa..... 270
14. Acompanhamento Integral para Educandos com Dislexia ou Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade..... 270
15. Direito à Educação Digital ..... 271
16. Quadro geral da educação no Brasil ..... 271

## 11

### DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO ..... 273

#### **Capítulo V – Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho..... 273**

1. Considerações iniciais ..... 274
2. Núcleo do direito fundamental à profissionalização e à proteção do trabalho..... 274
  - 2.1. Todas as crianças possuem os mesmos direitos fundamentais que adultos..... 275
  - 2.2. São proibidas quaisquer normas discriminatórias contra crianças e adolescentes ..... 276



2.3. Como são pessoas em desenvolvimento, crianças e adolescentes possuem mais direitos que adultos, direitos esses que lhe são específicos.....	277
<b>3. Trabalho educativo.....</b>	<b>285</b>
3.1. Esclarecimentos prévios.....	285
3.2. Conceito.....	287
<b>4. Da aprendizagem.....</b>	<b>288</b>
4.1. Previsão legal.....	288
4.2. Conceito.....	288
4.3. Espécies.....	289
4.4. Requisitos.....	290
4.5. Sujeitos envolvidos na relação de aprendizagem.....	292
4.6. Características e condições de realização da aprendizagem.....	293
4.7. Direitos do aprendiz.....	294
4.8. Extinção do contrato de aprendizagem.....	295
<b>5. Estágio.....</b>	<b>297</b>
5.1. Conceito.....	297
5.2. Espécies.....	297
5.3. Requisitos.....	298
5.4. Sujeitos envolvidos na relação de estágio.....	300
5.5. Características e condições de realização do estágio.....	303
5.6. Direitos do estagiário.....	305
5.7. Extinção da função de estagiário.....	306
5.8. Fraude à lei e aplicação do princípio da primazia da realidade.....	306
<b>6. Distinções entre aprendizagem e estágio.....</b>	<b>306</b>
<b>7. A relação de trabalho da qual fazem parte crianças e adolescentes que participam de peças teatrais, filmes, novelas e outras produções artísticas.....</b>	<b>307</b>
<b>8. Das atividades voluntárias.....</b>	<b>308</b>

## 12

<b>DA PREVENÇÃO.....</b>	<b>309</b>
--------------------------	------------

<b>☉ Título III – Da prevenção.....</b>	<b>309</b>
<b>Capítulo I – Disposições gerais.....</b>	<b>309</b>
<b>Capítulo II – Da prevenção especial.....</b>	<b>310</b>
<i>Seção I – Da informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos.....</i>	<i>310</i>
<i>Seção II – Dos produtos e serviços.....</i>	<i>311</i>
1. Dever fundamental de prevenir a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.....	312
2. Prevenção especial quanto aos maus-tratos praticados contra crianças e adolescentes.....	312
3. Políticas Públicas Voltadas a Coibir o Uso de Castigo Físico e o Tratamento Cruel ou Degradante.....	313

4. Crianças com Deficiência.....	314
5. Comunicação ao Conselho Tutelar .....	315
6. Regulação das Diversões e Espetáculos Públicos.....	315
6.1. Observações Preliminares .....	315
6.2. Portaria nº 1.189, de 03.8.2018.....	316
7. Venda ou Aluguel de Fitas de Programação em Vídeo.....	317
8. Revistas e Publicações.....	317
9. Estabelecimentos com Exploração Comercial de Bilhar.....	318
10. Proibição de venda à criança ou ao adolescente .....	318
11. Hospedagem de criança e adolescente.....	319
12. Proibições de prestação de serviços e de vendagem de produtos a crianças e adolescentes.....	319
13. Proibição de fabricação, importação, comercialização, distribuição e propaganda de embalagens ou produtos destinados ao público infantojuvenil que reproduzam a forma de cigarros ou similares – Lei n. 12.921/2013.....	320
14. Comercialização de alimentos para lactantes e crianças na primeira infância.....	320
15. Do direito à publicidade adequada.....	320

## 13

DA AUTORIZAÇÃO PARA VIAJAR.....	321
---------------------------------	-----

<i>Seção III – Da autorização para viajar</i> .....	321
---	-----

1. Direito de locomoção de crianças e adolescentes .....	322
2. Regras relativas à autorização para viajar.....	322
2.1. Viagem nacional .....	322
2.2. Viagem internacional.....	323
3. Direito ao transporte.....	324

## 14

DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO.....	325
---------------------------------	-----

<b>LIVRO II – PARTE ESPECIAL</b> .....	325
--	-----

☉ <b>Título I – Da política de atendimento</b> .....	325
--	-----

<b>Capítulo I – Disposições gerais</b> .....	325
--	-----

1. Conceito de política de atendimento.....	327
2. O Direito à Assistência Social.....	327
3. Tipificação dos Serviços Assistenciais.....	329
4. Das linhas de ação da política de atendimento.....	330
5. Classificações das linhas de atendimento.....	331

6. Das diretrizes da política de atendimento.....	333
6.1. Compreendendo as diretrizes.....	333
6.2. Atendimento Inicial Integrado e o Núcleo de Atendimento Integrado .....	334
7. Da municipalização do atendimento.....	335
8. Dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente .....	336
9. Participação de Adolescentes no Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	338
10. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.....	339
11. Do fundo vinculado aos Conselhos de Direitos.....	340
12. Da integração operacional de órgãos para agilização do atendimento inicial ao adolescente autor de ato infracional.....	344
13. Da integração operacional de órgãos para agilização do atendimento de crianças e adolescentes inseridos em programa de acolhimento familiar e institucional .....	344
14. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.....	344
14.1. Política de Atendimento.....	344
14.2. A Resolução nº 113 (retificada pela Resolução n. 117).....	344
14.3. Eixos estratégicos de ação .....	345
15. Sistema Nacional de Juventude.....	347
16. Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Víctima ou Testemunha de Violência.....	347
16.1. Contextualização .....	347
16.2. Tipos de violência.....	348
16.3. Regulamentação do sistema de garantia.....	349
16.4. Grupos intersetoriais .....	350
16.5. Comunicação ou denúncia .....	351
16.6. Escuta especializada x depoimento especial.....	351
16.7. Crime tipificado na Lei n. 13.431/2017 .....	352
17. Compromisso pela Redução da Violência contra Crianças e Adolescentes.....	352
18. Programa Criança Feliz.....	353
19. Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM.....	354
20. Atendimento à Criança e ao Adolescente com Deficiência.....	356
20.1. Estatuto da Pessoa com Deficiência .....	356
20.2. A Pessoa com Deficiência e a Constituição de Família .....	356
20.3. Adoção de Pessoa com Deficiência .....	357
20.4. Resolução Conjunta nº 1, de 24.10.2018, do CONANDA e do CONADE.....	357

# 15

## DAS ENTIDADES DE ATENDIMENTO..... 361

### **Capítulo II – Das entidades de atendimento**..... 361

#### *Seção I – Disposições gerais*..... 361

#### *Seção II – Da fiscalização das entidades*..... 365

1. Conceito de entidade de atendimento.....	366
2. Classificação das entidades de atendimento.....	366
3. Os regimes de atendimento.....	366
4. O regime de atendimento de acolhimento familiar.....	367
5. O regime de atendimento de acolhimento institucional.....	368
6. Relatório encaminhado pelas entidades de acolhimento institucional e acolhimento familiar.....	369
7. A inscrição dos programas ou regimes de atendimento (art. 90, §§ 1.º e 3.º).....	369
8. Os recursos utilizados pelas entidades de atendimento.....	371
9. O registro das entidades de atendimento (art. 91).....	372
9.1. Regras Gerais do Registro das Entidades Não Governamentais.....	372
9.2. Registro das Entidades Não Governamentais Socioeducativas de Semiliberdade e de Internação.....	372
9.3. Registro e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional.....	372
10. Dos princípios regentes do programa de acolhimento familiar ou institucional.....	374
11. O recebimento excepcional sem autorização judicial.....	375
12. O princípio da incompletude institucional (art. 94, § 2.º).....	376
13. Obrigações da entidade de atendimento responsável pela execução de programa de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida.....	376
14. Obrigações da entidade de atendimento responsável pela execução de programa de internação.....	377
15. Requisitos para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento de internação ou de semiliberdade.....	380
16. Requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação.....	380
17. A fiscalização das entidades de atendimento.....	380
18. Sistema de responsabilização por desvios praticados pelas entidades.....	381
19. Penalidades.....	382
20. Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes.....	382
21. Estratégias para o Enfrentamento da Violência Letal contra Crianças e Adolescentes.....	383

## 16

## DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO ..... 385

**⊙ Título II – Das medidas de proteção ..... 385**
**Capítulo I – Disposições gerais ..... 385**
**Capítulo II – Das Medidas Específicas de Proteção ..... 385**

1. Definição de medidas de proteção (ou medidas protetivas)..... 389
2. Competência para aplicação das medidas protetivas..... 389
3. Atribuição da execução das medidas protetivas..... 390
4. Visão conjunta das medidas protetivas de acolhimento institucional e acolhimento familiar ..... 390
5. Inserção em acolhimento familiar..... 392
6. Acolhimento institucional..... 394
7. Diferenças entre abrigo institucional, casa-lar e república..... 396
8. As Audiências Concentradas (Provimento nº 118, de 29.06.2021)..... 397
9. Princípios que regem as medidas protetivas – Extensão a todo o Estatuto da Criança e do Adolescente..... 397
10. O ajuizamento da ação de destituição do poder familiar pelo Ministério Público ..... 398
11. Discordância judicial ..... 401
12. Proteção de Vítimas de Violência ou Abuso Sexual..... 401
  - 12.1. Afastamento do agressor da moradia comum ..... 401
  - 12.2. Fixação provisória dos alimentos ..... 404
13. Procedimento para a Inserção em Acolhimento ..... 404
  - 13.1. Observações Preliminares ..... 404
  - 13.2. Ordem Judicial de Acolhimento ..... 404
  - 13.3. Guia de Acolhimento ..... 405
  - 13.4. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) ..... 406
  - 13.5. Procedimento de Execução de Medida Protetiva de Acolhimento..... 407
  - 13.6. Atuação do Ministério Público na Execução da Medida Protetiva de Acolhimento..... 409
  - 13.7. Ações decorrentes do acolhimento..... 410
14. Regularização do Registro Civil..... 410

## 17

## DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL ..... 413

**⊙ Título III – Da prática de ato infracional ..... 413**
**Capítulo I – Disposições gerais ..... 413**

1. O princípio da reserva legal e o ato infracional..... 413

2. Garantia da imputabilidade penal e as propostas de redução da maioridade penal .....	414
3. Ato infracional praticado por criança.....	415
4. Das medidas protetivas que podem ser aplicadas às crianças em razão da prática de ato infracional .....	416
5. Do ato infracional praticado em outro país e a impossibilidade de extradição .....	416
6. O filho adolescente de embaixador pode ser beneficiado pela imunidade diplomática e não estar sujeito à ação socioeducativa?.....	417
7. Ato infracional e princípio da insignificância.....	417

## 18

DOS DIREITOS INDIVIDUAIS .....	421
--------------------------------	-----

### **Capítulo II – Dos direitos individuais** .....

1. Hipóteses taxativas da privação da liberdade do adolescente .....	421
2. O flagrante de ato infracional.....	422
3. A <i>apreensão</i> em decorrência de cumprimento de ordem judicial .....	422
4. A comunicação à autoridade judiciária e à família do adolescente, ou à pessoa por ele indicada .....	423
5. A análise da possibilidade de liberação do adolescente.....	423
6. A internação provisória: definição e características .....	424
7. A identificação do adolescente .....	428
8. Seria possível o armazenamento de dados de adolescentes em banco de perfis genéticos, gerenciado por unidade oficial de perícia criminal? .....	429

## 19

DAS GARANTIAS PROCESSUAIS .....	431
---------------------------------	-----

### **Capítulo III – Das Garantias Processuais** .....

1. As garantias processuais .....	431
2. O art. 40 da Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU.....	432
3. A Súmula 342 do STJ e o devido processo legal .....	434
4. Pleno e formal conhecimento da atribuição.....	434
5. Igualdade na relação processual, podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e produzir todas as provas necessárias à sua defesa .....	435
6. Defesa técnica por advogado .....	435
7. Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei .....	435
8. Direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente.....	436
9. Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento .....	436
10. Garantias processuais e execução de medida socioeducativa.....	436

## 20

DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS .....	437
<b>Capítulo IV – Das medidas socioeducativas</b> .....	437
<i>Seção I – Disposições gerais</i> .....	437
<i>Seção II – Da advertência</i> .....	438
<i>Seção III – Da obrigação de reparar o dano</i> .....	438
<i>Seção IV – Da prestação de serviços à comunidade</i> .....	438
<i>Seção V – Da liberdade assistida</i> .....	438
<i>Seção VI – Do regime de semiliberdade</i> .....	439
<i>Seção VII – Da internação</i> .....	439
1. Definição das medidas socioeducativas .....	440
2. Aplicabilidade Excepcional do Estatuto aos jovens de 18 a 21 anos .....	442
3. A instrumentalidade e a precariedade das medidas socioeducativas .....	444
4. As medidas socioeducativas segundo a abrangência pedagógica .....	445
5. A classificação das medidas socioeducativas (de acordo com Flávio Américo Frasseto) .....	446
6. Medida socioeducativa de advertência .....	447
7. Obrigação de reparar o dano .....	449
8. Prestação de serviços à comunidade .....	449
9. Liberdade assistida .....	451
10. Medida de semiliberdade .....	453
11. Medida de internação .....	455
12. Modalidades de internação .....	455
13. Da internação sem prazo determinado (mas, sempre limitado a 3 anos) .....	456
14. Internação com prazo determinado ou internação-sanção .....	465
15. Aplicação das escusas absolutórias .....	466
16. Da aplicação das medidas socioeducativas .....	467
17. Cumulação de medidas socioeducativas .....	468
18. Da substituição das medidas socioeducativas .....	468
19. Da extinção das medidas socioeducativas .....	469
20. Da execução das medidas socioeducativas .....	469
21. Reflexos da Lei n. 12.010/2009 no estudo das medidas socioeducativas .....	470
22. Tratamento das medidas socioeducativas e a Lei n. 12.106/2009 .....	472
23. Da prescrição das medidas socioeducativas – Súmula 338 do STJ .....	474
24. Direitos do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação .....	476
25. Direitos assegurados aos internos que eventualmente se encontrem em cadeia pública ou centro de detenção provisória, em razão de delito praticado enquanto em cumprimento de medida socioeducativa .....	476
26. Direitos dos internos .....	477
27. A vedação da incomunicabilidade .....	479
28. Dever do Estado de zelar pela integridade física do interno .....	479

29. Direitos genéricos do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa .....	480
30. Efeitos do reconhecimento da autoria de atos infracionais e da aplicação das medidas socioeducativas em relação às infrações penais (crimes) praticadas posteriormente .....	481
31. Execução das Medidas Socioeducativas .....	482
31.1. Obrigatoriedade da Instauração da Execução .....	482
31.2. Princípios que Regem a Execução .....	482
31.3. Intervenção da Defesa e do Ministério Público .....	483
31.4. Princípio da Individualidade .....	483
31.5. Guia de Execução de Medida Socioeducativa.....	484
31.6. Plano Individual de Atendimento .....	485
31.7. Reavaliação das Medidas Socioeducativas .....	487
31.8. Unificação de Medidas Socioeducativas .....	489
31.9. Extinção das Medidas Socioeducativas.....	491

## 21

DA REMISSÃO .....	493
-------------------	-----

### **Capítulo V – Da remissão**..... 493

1. Definição de remissão.....	493
2. Espécies de remissão .....	494
3. A remissão pré-processual ou ministerial .....	495
4. A remissão processual ou judicial.....	496

## 22

DAS MEDIDAS PERTINENTES AOS PAIS OU RESPONSÁVEL .....	499
---	-----

### ☉ **Título IV – Das medidas pertinentes aos pais ou responsável**..... 499

1. Sujeição e cabimento das medidas pertinentes.....	500
2. Lei n. 12.010/2009 e as medidas pertinentes “preferenciais” .....	500
3. Competência ou atribuição para aplicação das medidas pertinentes.....	501
4. Necessidade de procedimento autônomo para algumas medidas pertinentes .....	502
5. Hipóteses de cabimento: as medidas pertinentes em espécie.....	503
5.1. Encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família (art. 129, I).....	503
5.2. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos (art. 129, II).....	503
5.3. Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico (art. 129, III) .....	503
5.4. Encaminhamento a cursos ou programas de orientação (art. 129, IV).....	504



5.5. Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar (art. 129, V).....	504
5.6. Obrigação de encaminhar a criança ou o adolescente a tratamento especializado (art. 129, VI).....	504
5.7. Advertência (art. 129, VII).....	504
5.8. Perda da guarda (art. 129, VIII).....	505
5.9. Destituição da tutela (art. 129, IX).....	505
5.10. Suspensão ou destituição do poder familiar (art. 129, X).....	505
6. Configuração da infração administrativa disposta no art. 249 do Estatuto.....	505
7. Maus-tratos, opressão ou abuso e medida cautelar de afastamento do agressor (art. 130)...	505

## 23

DO CONSELHO TUTELAR.....	507
--------------------------	-----

⊙ <b>Título V – Do Conselho Tutelar</b> .....	507
<b>Capítulo I – Disposições gerais</b> .....	507
<b>Capítulo II – Das Atribuições do Conselho</b> .....	508
<b>Capítulo III – Da competência</b> .....	509
<b>Capítulo IV – Da escolha dos conselheiros</b> .....	509
<b>Capítulo V – Dos impedimentos</b> .....	509

1. A participação popular e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes.....	509
2. Definição de Conselho Tutelar.....	510
3. Os Municípios e os Conselhos Tutelares.....	512
4. Processo de escolha dos conselheiros tutelares: capacidade para votar.....	513
5. Processo de escolha dos conselheiros tutelares: requisitos estabelecidos pelo Estatuto e a possibilidade de serem estabelecidos requisitos adicionais e de ser realizada prova de conhecimento sobre o direito da criança e do adolescente.....	514
6. Processo de escolha dos conselheiros tutelares: regras de organização e fiscalização.....	515
7. A quantidade de conselheiros por conselho tutelar .....	520
8. Prerrogativas dos conselheiros tutelares.....	520
9. Impedimentos para exercício da função pública de conselheiro tutelar.....	520
10. A suspensão ou cassação do mandato de conselheiro – via administrativa.....	521
11. A cassação de mandato de conselheiro – via judicial.....	521
12. Conselho Tutelar não pode executar medida socioeducativa e de proteção.....	522
13. Atribuições do Conselho Tutelar.....	522
14. As decisões colegiadas provenientes do Conselho Tutelar.....	526
15. A impugnação das decisões provenientes do Conselho Tutelar (art. 137).....	526
16. Competência.....	526
17. Dia Nacional do Conselheiro Tutelar .....	526
18. Quadro sintético do Conselho Tutelar e dos conselheiros tutelares.....	527

## 24

### DO ACESSO À JUSTIÇA..... 529

#### ☉ **Título VI – Do acesso à justiça**..... 529

##### **Capítulo I – Disposições gerais**..... 529

1. O Princípio do Acesso à Justiça..... 530
2. A Justiça Restaurativa..... 531
3. O Acesso à Justiça e as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – *Regras de Beijing*..... 532
4. Garantia de Acesso à Justiça no Estatuto..... 533
5. Assistência Judiciária Gratuita..... 534
6. Isenção do pagamento de custas e emolumentos..... 534
7. Assistência e representação como formas de integração da capacidade processual..... 534
8. O curador especial..... 534
9. Atos Socialmente Típicos Praticados por Crianças..... 534
10. Os incapazes podem responder civilmente por danos causados?..... 535
11. Vedação de divulgação de atos relativos a crianças e adolescentes acusados da prática de ato infracional..... 535
12. Das notícias envolvendo a prática de ato infracional..... 535
13. Expedição de cópia ou certidão dos autos..... 536

## 25

### DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE..... 537

#### **Capítulo II – Da Justiça da Infância e da Juventude**..... 537

##### *Seção I – Disposições gerais*..... 537

##### *Seção II – Do juiz*..... 537

##### *Seção III – Dos serviços auxiliares*..... 539

1. A Vara da Infância e da Juventude e as Regras de Beijing..... 539
2. O Sistema de Justiça da Infância e da Juventude..... 540
3. A técnica para fixação da competência..... 540
4. A competência da Justiça do Trabalho..... 541
5. A competência da Justiça Federal..... 542
6. Primeira Vara de Menores do Brasil..... 545
7. Criação das Varas da Infância e da Juventude no Âmbito Estadual..... 547
8. A competência da Vara da Infância e da Juventude..... 547
  - 8.1. A competência exclusiva da Vara da Infância e da Juventude..... 548
  - 8.2. A competência concorrente da Vara da Infância e da Juventude..... 549
  - 8.3. Competência das Varas da Infância e da Juventude para o processamento de ações criminais..... 550

8.4. As Coordenadorias da Infância e da Juventude no âmbito dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal .....	550
<b>9. A competência territorial.....</b>	<b>551</b>
9.1. Regra geral de competência territorial.....	551
9.2. Para o julgamento e processamento das ações cíveis.....	552
9.3. Para o julgamento de ação de guarda estando um dos pais no estrangeiro .....	552
9.4. Para o julgamento e processamento da ação socioeducativa.....	552
9.5. Para a execução de medidas socioeducativas e protetivas.....	553
9.6. Para a aplicação de medida protetiva estando o adolescente em outra comarca .....	553
9.7. Para as infrações cometidas através de transmissão simultânea de rádio ou televisão, que atinja mais de uma comarca.....	553
<b>10. Casos de competência da Vara da Infância e da Juventude não mencionados expressamente no art. 148 do Estatuto .....</b>	<b>554</b>
<b>11. Competência do Juiz da Vara da Infância e da Juventude para baixar portarias e conceder alvarás.....</b>	<b>554</b>
<b>12. A diferença entre portaria e alvará.....</b>	<b>555</b>
<b>13. Fatores que devem ser levados em consideração pelo magistrado .....</b>	<b>555</b>
<b>14. Recurso.....</b>	<b>555</b>
<b>15. Equipe interprofissional.....</b>	<b>556</b>
<b>16. Escuta Especializada e Depoimento Especial.....</b>	<b>557</b>

## 26

<b>DOS PROCEDIMENTOS: DISPOSIÇÕES GERAIS .....</b>	<b>559</b>
--	------------

<b>Capítulo III – Dos procedimentos .....</b>	<b>559</b>
---	------------

<b>Seção I – Disposições gerais.....</b>	<b>559</b>
--	------------

1. A tutela jurisdicional diferenciada.....	560
2. Procedimentos Processuais Típicos e Atípicos.....	560
3. Aplicação Subsidiária da Legislação Processual Pertinente.....	561
4. Aplicabilidade das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil aos Procedimentos do Estatuto .....	562
4.1. Fundamento Constitucional das Normas Fundamentais do Direito Processual Civil.....	562
4.2. As Espécies de Normas Fundamentais: princípios e regras jurídicas.....	563
4.3. Princípio da Prioridade Absoluta e a Tramitação dos Procedimentos.....	564
4.4. Princípio da publicidade dos atos processuais.....	565
4.5. Princípio da Fundamentação Analítica .....	567
4.6. Da forma de contagem dos prazos processuais.....	568
5. Das ações de família .....	570
6. A regra da flexibilização procedimental e o art. 153 do Estatuto.....	572
7. O direito fundamental à educação e o art. 153.....	573

8. Destinação das Multas.....	574
9. Intervenção de Terceiros.....	575

## 27

PROCEDIMENTO DE PERDA OU SUSPENSÃO DO PODER FAMILIAR.....	577
---	-----

<i>Seção II – Da perda e da suspensão do poder familiar.....</i>	<i>577</i>
--	------------

1. Legitimidade ativa.....	579
2. Regras processuais e procedimentais diferenciadas.....	579
3. Prévia destituição do poder familiar para o deferimento da adoção.....	583
4. Tutela de urgência.....	584
5. Da desnecessidade de nomeação de curador especial à criança ou adolescente em caso de ação ajuizada pelo Ministério Público.....	584

## 28

DOS PROCEDIMENTOS DA DESTITUIÇÃO DA TUTELA E DA COLOCAÇÃO EM FAMÍLIA SUBSTITUTA.....	587
--	-----

<i>Seção III – Da destituição da tutela.....</i>	<i>587</i>
--	------------

<i>Seção IV – Da colocação em família substituta.....</i>	<i>587</i>
---	------------

1. Da destituição da tutela.....	589
2. Procedimento para colocação em família substituta.....	590
3. Procedimento da adoção nacional e internacional.....	590
4. O procedimento de colocação em família substituta se os pais forem falecidos, tiverem sido destituídos ou suspensos do poder familiar, ou se houverem aderido expressamente ao pedido.....	591
5. O consentimento dos pais para colocação em família substituta.....	591
6. O procedimento de jurisdição contenciosa para colocação em família substituta.....	592
6.1. Da petição inicial.....	592
6.2. A liminar de suspensão do poder familiar.....	593
6.3. Da citação e resposta dos requeridos.....	593
6.4. A audiência de instrução e julgamento.....	593
6.5. A sentença.....	593
7. A colocação de crianças e adolescentes sob a guarda de pessoa inscrita em programa de acolhimento familiar.....	593

DA APURAÇÃO DE ATO INFRAACIONAL ATRIBUÍDO A ADOLESCENTE .....	595
<i>Seção V – Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente</i> .....	595
1. Providências que antecedem o processo judicial de apuração do ato infracional .....	599
2. As hipóteses de apreensão de adolescentes .....	599
3. Providências a serem tomadas pela autoridade policial em razão da apreensão por flagrante .....	601
4. A liberação do adolescente aos seus pais ou responsável .....	602
5. A não liberação do adolescente aos seus pais ou responsável .....	602
6. As providências a serem efetivadas em razão da prática de ato infracional por criança .....	602
7. A oitiva informal promovida pelo Ministério Público .....	603
8. A notificação do adolescente para comparecimento à oitiva informal .....	604
9. Não obrigatoriedade de participação de Defensor na oitiva informal, salvo nos casos de concessão de remissão cumulada com medida socioeducativa .....	604
10. O não comparecimento de adolescente à oitiva informal .....	604
11. As providências a serem tomadas pelo Ministério Público após a oitiva informal do adolescente .....	604
12. O arquivamento dos autos .....	605
13. O <i>habeas corpus</i> e o mandado de segurança promovidos para correção de ato praticado pela autoridade policial .....	605
14. Excepcionalidade do procedimento e a Justiça Restaurativa .....	606
15. Sistema de Nulidades Processuais .....	608
16. A fase judicial da apuração do ato infracional .....	609
17. A aplicação subsidiária do Código de Processo Penal .....	609
18. A tutela socioeducativa como tutela jurisdicional diferenciada .....	609
19. A legitimidade exclusiva do Ministério Público para a propositura da ação socioeducativa .....	610
20. O interesse de agir do Ministério Público .....	610
21. A competência da Vara da Infância e da Juventude .....	610
22. A representação como peça inaugural da ação socioeducativa .....	610
23. O juízo de admissibilidade da ação socioeducativa .....	611
24. A internação provisória .....	611
25. Diferença entre mandado de busca e apreensão e mandado de condução coercitiva .....	612
26. A audiência de apresentação .....	612
26.1. Observação prévia relevante – o momento da oitiva do adolescente .....	612
26.2. A oitiva do adolescente infrator .....	612
27. Audiência de instrução .....	614
28. A sentença no processo socioeducativo .....	614
29. A intimação da sentença e o prazo recursal .....	614

**30****DA INFILTRAÇÃO DE AGENTES DE POLÍCIA PARA A INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇA E DE ADOLESCENTE ..... 617*****Seção V-A – Da Infiltração de Agentes de Polícia para a Investigação de Crimes contra a Dignidade Sexual de Criança e de Adolescente..... 617***

1. Infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente – Comentários à Lei n. 13.441/2017..... 619

**31****DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM ENTIDADE DE ATENDIMENTO..... 629*****Seção VI – Da apuração de irregularidades em entidade de atendimento ..... 629***

1. Definição de entidade de atendimento..... 630
2. Natureza do procedimento ..... 630
3. Competência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento..... 630
4. Legitimidade ativa..... 630
5. Regras processuais e procedimentais diferenciadas ..... 631
6. Remoção das irregularidades antes da sentença (art. 193, § 2.º)..... 631
7. Multa e advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou programa de atendimento ..... 631

**32****PROCEDIMENTO PARA APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA..... 633*****Seção VII – Da apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente ..... 633***

1. As infrações administrativas e o Estatuto ..... 634
2. Competência para apuração da infração administrativa..... 634
3. Legitimidade para instauração do procedimento..... 634
4. Regras processuais e procedimentais ..... 635
5. Natureza do pronunciamento que julga infração administrativa..... 635

**33****PROCEDIMENTO PARA HABILITAÇÃO DE PRETENDENTES À ADOÇÃO ..... 637*****Seção VIII – Da habilitação de pretendentes à adoção ..... 637***

1. Inscrição de Pretendente à Adoção ..... 639
2. Competência..... 640

3. Iniciativa .....	640
4. Habilitação .....	642
5. Exclusão dos cadastros de adoção.....	643
6. Prazo máximo de conclusão do procedimento.....	643
7. Da inscrição no “cadastro” à conclusão da adoção .....	643
8. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento.....	645
9. Conhecimento da origem biológica.....	646

## 34

DOS RECURSOS.....	647
-------------------	-----

### **Capítulo IV – Dos recursos**..... 647

1. Meios de impugnação das decisões judiciais .....	648
2. <i>Habeas corpus</i> .....	651
3. Sistemática recursal.....	652
4. Procedimentos alcançados por essa sistemática .....	653
5. O Código de Processo Civil de 2015 e os reflexos na seara recursal.....	653
6. Características.....	654
7. Efeito suspensivo.....	656
8. O adolescente tem direito de recorrer em liberdade quando da apuração de ato infracional?.....	657
9. O efeito suspensivo da apelação e o CPC de 2015.....	659
10. Recurso das decisões proferidas como portarias judiciais.....	659
11. Fiscalização do cumprimento dos prazos para julgamento.....	659
12. O parecer do representante do Ministério Público.....	659
13. O recurso especial e a relevância da questão de Direito Federal Infraconstitucional.....	659
13.1. Alteração Promovida pela EC 125/2022.....	659
13.2. Será exigida a comprovação da relevância da questão federal em matéria de infância e juventude? .....	660

## 35

DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA: MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E DEFENSORIA PÚBLICA.....	661
---	-----

### **Capítulo V – Do Ministério Público**..... 661

### **Capítulo VI – Do advogado**..... 663

1. Perfil institucional e missão do Ministério Público no Direito da Criança e do Adolescente (art. 200).....	663
2. Funções especiais do Ministério Público no Direito da Criança e do Adolescente (arts. 201 a 205).....	664
2.1. O Ministério Público e a remissão extraprocessual.....	664

2.2.	Atuação do Ministério Público nas infrações atribuídas a adolescentes.....	665
2.3.	Atuação do Ministério Público nas ações de direito de família .....	665
2.4.	Atuação na especialização de hipoteca legal e na prestação de contas .....	665
2.5.	O Ministério Público e a tutela coletiva de direitos .....	666
2.6.	O Ministério Público e os procedimentos administrativos .....	666
2.7.	O Ministério Público, sindicâncias e inquéritos policiais.....	667
2.8.	O Ministério Público como <i>ombudsman</i> .....	668
2.9.	O Ministério Público como impetrante .....	668
2.10.	O Ministério Público e a responsabilização administrativa, penal e cível .....	669
2.11.	O Ministério Público e a fiscalização de entidades .....	669
2.12.	O Ministério Público, a polícia e os serviços de colaboração.....	669
2.13.	Regras gerais sobre as atribuições do Ministério Público .....	669
2.14.	Intervenção obrigatória e intimação pessoal do Ministério Público.....	670
2.15.	As Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.....	670
2.16.	Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral da Criança e do Adolescente .....	671
3.	Defesa técnica das pessoas em desenvolvimento .....	672
4.	Advocacia privada e a defesa técnica das pessoas em desenvolvimento.....	673
5.	Defensoria Pública e a defesa jurídica das pessoas em desenvolvimento.....	674
6.	Quadro de acesso à justiça e defesa dos direitos da criança e do adolescente .....	677
7.	Diretrizes de Riad, direito de defesa ao adolescente e defensor <i>ad hoc</i> .....	677
8.	Inexigibilidade de mandato .....	678

## 36

### DA PROTEÇÃO JUDICIAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS, DIFUSOS E COLETIVOS.....

679

#### **Capítulo VII – Da proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos .....**

679

1.	A dupla função do direito da criança e do adolescente na tutela coletiva.....	682
2.	A ação civil pública para a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais de crianças e adolescentes .....	685
3.	Dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.....	686
4.	O interesse individual da criança e do adolescente e a tutela jurisdicional via ação civil pública .....	689
5.	A legitimação do Ministério Público para a defesa dos interesses individuais de crianças e adolescentes.....	691
6.	Tutela coletiva e a Defensoria Pública .....	696
7.	Tutela coletiva e a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e seus órgãos paraestatais.....	699
8.	Tutela coletiva e as associações de classe .....	700
9.	Tutela coletiva e os órgãos despersonalizados .....	701



10. Competência para processamento e julgamento das ações civis públicas.....	703
10.1. Competência da Justiça do Trabalho para processamento e julgamento das ações civis públicas.....	704
10.2. Competência da Justiça Federal para processamento e julgamento das ações civis públicas.....	706
10.3. Competência da Vara da Infância e da Juventude para processamento e julgamento das ações civis públicas.....	709
11. Competência territorial para processamento e julgamento das ações civis públicas.....	712
12. Sistemática recursal para as ações civis públicas.....	713
13. Destinação das multas aplicadas.....	715
14. Destinações das condenações proferidas em ações civis públicas fundadas no Estatuto...	718
15. A ação civil pública e o dano moral coletivo originado da utilização da mão de obra infantil na prostituição.....	719
15.1. Considerações iniciais e definições.....	719
15.2. O dano moral coletivo derivado da inobservância do direito fundamental.....	720
16. Mandado de Segurança.....	721
17. Notificação do Desaparecimento de Crianças e Adolescentes para Fins de Instrução do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.....	724

## 37

CRIMES.....	725
-------------	-----

◎ <b>Título VII – Dos crimes e das infrações administrativas</b> .....	725
--	-----

<b>Capítulo I – Dos crimes</b> .....	725
--------------------------------------	-----

<b>Seção I – Disposições gerais</b> .....	725
---	-----

1. Sujeito Passivo dos Crimes Tipificados no Estatuto.....	725
2. Ação Penal Pública Incondicionada.....	727
3. Competência para o Julgamento.....	728
4. Acordo de Não Persecução Penal.....	729
5. Efeitos da Sentença Penal Condenatória: particularidades do Estatuto.....	730
6. Objeto jurídico dos delitos.....	734

<b>Seção II – Dos Crimes</b> .....	735
------------------------------------	-----

## 38

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	747
------------------------------------	-----

1. O sistema de responsabilização previsto no Estatuto.....	747
2. As infrações administrativas.....	747
3. Prescrição da infração administrativa.....	748

4. Não cabimento da tentativa .....	748
5. Maioridade superveniente.....	748
6. Da sanção pecuniária.....	749
<b>Capítulo II – Das Infrações Administrativas.....</b>	<b>749</b>

## 39

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....	767
--	-----

<b>DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS.....</b>	<b>767</b>
---	------------

1. A dedução do imposto de renda.....	771
2. Investimentos aplicados conforme as prioridades definidas no Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar.....	771
3. Extensão da hipótese de dedução para as doações ao Fundo Nacional do Idoso – Lei n. 12.213/2010.....	771

REFERÊNCIAS.....	775
------------------	-----